SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v31i2p%25p

Artigo: O autismo e os limites da linguagem - perspectivas para uma nova abordagem clínica

Carlos Henrique Machado

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

Submetido em: 2026-03-22
Postado em: 2026-04-22 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

O autismo e os limites da linguagem: perspetivas para uma nova abordagem clínica

Carlos Henrique Machado
FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Portugal
https://orcid.org/0000-0003-0774-972X

Resumo. O artigo analisa a centralidade do regime dos significantes na constituição do sujeito em Jacques Lacan, articulando-a à ideia do inconsciente como estruturado como uma linguagem. Se Lacan redefine o humano como ser falado, efeito da cadeia significante e da inscrição simbólica, essa concepção encontra limite diante de existências cuja relação com a linguagem se interrompe, como nas crianças autistas que Fernand Deligny acompanhou nas montanhas de Cévennes. A partir desse contraste, o texto propõe pensar modos de existência fora da fala, em que o humano se constitui por gestos, ritmos e tramas. O confronto entre Lacan e Deligny desloca a questão da clínica do campo simbólico para uma dimensão sensível e pré-verbal que escapa à palavra e, no entanto, se expressa além do discurso, por traços, movimentos, linhas e afetos.
Palavras-chave: linguagem; Jacques Lacan; psicanálise; autismo; Fernand Deligny.

El autismo y los límites del lenguaje: perspectivas para un nuevo enfoque clínico

Resumen. Este artículo analiza la centralidad del régimen de significantes en la constitución del sujeto de Jacques Lacan, vinculándolo con la idea del inconsciente estructurado como un lenguaje. Si Lacan redefine lo humano como un ser hablado, efecto de la cadena significante y la inscripción simbólica, esta concepción encuentra sus límites ante existencias cuya relación con el lenguaje se ve interrumpida, como en los niños autistas que Fernand Deligny siguió en las Cevenas. A partir de este contraste, el texto propone considerar modos de existencia fuera del habla, en los que lo humano se constituye por gestos, ritmos y tramas. La confrontación entre Lacan y Deligny desplaza la cuestión clínica del campo simbólico a una dimensión sensible, preverbal, que escapa a las palabras y, sin embargo, se expresa más allá del discurso, a través de rasgos, movimientos, líneas y afectos.
Palabras clave: lenguaje; Jacques Lacan; psicoanálisis; autismo; Fernand Deligny.

Autism and the Limits of Language: Perspectives for a New Clinical Approach

Abstract. This article analyses the centrality of the regime of signifiers in Jacques Lacan's constitution of the subject, linking it to the idea of the unconscious as structured as a language. If Lacan redefines the human as a spoken being, an effect of the signifying chain and symbolic inscription, this conception finds its limits in the face of existences whose relationship with language is interrupted, as in the autistic children Fernand Deligny followed in the Cévennes mountains. Based on this contrast, the text proposes considering modes of existence outside of speech, in which the human is constituted by gestures, rhythms, and plots. The confrontation between Lacan and Deligny shifts the clinical question from the symbolic field to a sensitive, pre-verbal dimension that escapes words and yet expresses itself beyond discourse, through features, movements, lines, and affects.
Keywords: language; Jacques Lacan; psychoanalysis; autism; Fernand Deligny.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

Autisme et limites du langage: perspectives pour une nouvelle approche clinique

Résumé. Cet article analyse la centralité du régime des signifiants dans la constitution du sujet par Jacques Lacan, en le reliant à l'idée d'un inconscient structuré comme un langage. Si Lacan redéfinit l'humain comme un être parlé, effet de la chaîne signifiante et inscription symbolique, cette conception trouve ses limites face à des existences dont le rapport au langage est interrompu, comme chez les enfants autistes suivis par Fernand Deligny dans les Cévennes. À partir de ce contraste, le texte propose d'envisager des modes d'existence hors de la parole, où l'humain est constitué par des gestes, des rythmes et des intrigues. La confrontation entre Lacan et Deligny déplace la question clinique du champ symbolique vers une dimension sensible, préverbale, qui échappe aux mots et pourtant s'exprime au-delà du discours, à travers des traits, des mouvements, des lignes et des affects..
Mots-clés : langage ; Jacques Lacan ; psychanalyse ; autisme ; Fernand Deligny.

O pensamento de Jacques Lacan sobre a linguagem emerge no contexto intelectual em que a linguística estrutural redefine o campo das ciências humanas. Nesse período, a linguística, especialmente por meio da obra de Ferdinand de Saussure, oferece um novo paradigma para a compreensão das práticas simbólicas e das formações culturais. A linguagem deixa de ser pensada como instrumento de expressão do pensamento e passa a ser concebida como uma estrutura autônoma, um sistema de diferenças puras em que cada elemento vale apenas por sua posição na rede.

Em seu Curso de linguística geral (1916/2006), Saussure formula o princípio de que na língua não existem termos positivos, mas apenas diferenças. O signo é composto por duas faces inseparáveis — significante (a imagem acústica) e significado (o conceito) — cuja relação é arbitrária e diferencial. Essa concepção desmantela a visão representacional da linguagem: não há uma correspondência natural entre palavra e coisa, mas um jogo de relações internas que produz sentido.

A leitura de Saussure, contudo, chega a Lacan mediada por dois interlocutores decisivos: Claude Lévi-Strauss e Roman Jakobson. Lévi-Strauss, ao aplicar o modelo linguístico à antropologia, mostra que os sistemas de parentesco, os mitos e as trocas sociais funcionam como linguagens — estruturas de oposição e permutação que articulam o simbólico. A psicanálise, nesse quadro, reencontra-se como uma ciência dos sistemas de significação: o desejo, o sintoma e o fantasma são formações estruturadas pela lógica do significante.

Já Jakobson, por sua vez, fornece a Lacan a chave formal para descrever o funcionamento do inconsciente. Em seu célebre texto Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia (1956/2008), Jakobson distingue duas operações fundamentais da linguagem: a metáfora (substituição de um termo por outro com base na semelhança) e a metonímia (articulação por contiguidade). Lacan reconhece nessas operações o mesmo princípio que Freud havia descrito como condensação e deslocamento — os mecanismos de formação do sonho. Assim, a linguagem não é, em Lacan, um modelo exterior aplicado à psicanálise, mas o lugar onde o funcionamento do inconsciente encontra sua formalização.

É precisamente essa concepção que Lacan introduz na psicanálise a partir da década de 1950, ao reler Freud à luz do estruturalismo. O inconsciente, tal como o descreve, é estruturado como uma linguagem, não um reservatório de conteúdos reprimidos, mas uma rede de articulações significantes que se manifestam nos sintomas, nos lapsos e nos

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

sonhos. A verdade do sujeito não está em uma interioridade psicológica, mas no discurso do Outro, nesse campo simbólico que o precede.

Assim, o diálogo entre psicanálise e linguística não apenas fornece a Lacan um vocabulário novo, mas reconfigura toda a economia conceitual da psicanálise: o inconsciente deixa de ser um "lugar" interno e passa a ser uma estrutura de inscrição; o sujeito deixa de ser uma unidade e torna-se um efeito de deslocamento; a linguagem, por fim, deixa de ser meio de expressão e passa a ser o campo onde o humano se constitui como diferença.

No texto A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957/1998), Lacan radicaliza essa virada teórica ao introduzir a noção de letra como elemento mínimo do significante — traço material de uma diferença que se inscreve no corpo e estrutura o sujeito. A letra é o que marca o inconsciente, aquilo que se repete e retorna, articulando o simbólico e o real. Ao situar a letra como instância fundamental do inconsciente, Lacan desloca a noção de sujeito para além da psicologia e reinscreve o humano no campo da linguagem: ser humano é ser habitado por uma escritura que o excede.

Lacan parte da tese saussuriana segundo a qual o valor de cada elemento linguístico deriva das relações de oposição no interior do sistema. Mas ele radicaliza esse princípio: o significante não apenas diferencia o sentido, mas estrutura o próprio sujeito. O inconsciente, em sua leitura, é o lugar onde o sujeito é falado, onde o significante se articula sem o controle da consciência. O sujeito é, então, efeito dessa articulação — um sujeito do significante.

O efeito mais profundo dessa leitura é o descentramento do sujeito. Ao ser determinado pelo significante, o sujeito não é mais origem do sentido, mas aquilo que surge no intervalo entre os significantes. O eu (moi) é uma ficção imaginária, enquanto o sujeito do inconsciente é uma falta-a-ser, uma posição vacilante no discurso. Essa concepção dissolve a soberania do sujeito cartesiano e reinscreve a psicanálise no horizonte estrutural: o sujeito é função de uma cadeia simbólica que o precede.

A letra, ao mesmo tempo em que institui o sujeito, o expropria. Ela é a marca de um Outro — o campo da linguagem — que o antecede. Assim, o inconsciente não é o "dentro" do indivíduo, mas o lugar da alteridade radical, daquilo que fala em nós sem que o saibamos.

Podemos imaginar esse cenário conceitual como uma espécie de palco dividido: de um lado, a cadeia significante que articula o simbólico; de outro, o corpo pulsional, onde a letra deixa sua marca. Entre ambos, o sujeito emerge como efeito desse cruzamento — um sujeito dividido, barrado, que só se sustenta na medida em que é falado.

No espaço da linguagem, a letra funciona como uma inscrição mínima do gozo — o ponto em que o simbólico toca o real. Ela é o que se repete, o que insiste além do sentido, o que retorna no sintoma. Assim, "a instância da letra" é também a instância da falta, o lugar onde o sujeito se escreve como resto do significante, como diferença irredutível.

Ao situar a linguagem como condição constitutiva do humano, Lacan parece delimitar a fronteira última da subjetividade: ser humano é ser falado, isto é, estar inscrito em uma cadeia significante que o antecede e o estrutura. No entanto, essa concepção suscita uma questão decisiva — o que ocorre com aqueles indivíduos cuja relação com a linguagem se apresenta interrompida?

Trata-se, aqui, de pensar a existência de seres humanos que não se inscrevem no campo simbólico da fala, como é o caso das crianças autistas não verbais, com as quais Fernand

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

Deligny conviveu nas montanhas de Cévennes. A partir dessa problematização, o presente trabalho propõe confrontar a leitura lacaniana da linguagem e do sujeito com a experiência de Deligny junto a crianças autistas com mutismo severo, interrogando se a condição de ser humano pode ou não depender da inscrição na linguagem e como se dá as relações que se estabelecem fora dela, o que implicara numa nova perspectiva clínica além do simbólico e do discurso.

O humano e a linguagem em Lacan

Na conferência de Genebra, de outubro de 1975, Lacan enuncia uma das mais radicais redefinições do humano no pensamento do século XX. Diz Lacan (1975/1988): "— Parece-me que isso estava implicado no que disse. O ser que chamei humano é essencialmente um ser falante" (p. 133). Ser humano, para ele, não é pertencer a uma espécie biológica, nem tampouco dispor de uma interioridade consciente, mas ser atravessado pela linguagem — ser falado antes mesmo de poder falar. A condição humana, assim, não se funda em uma substância, mas em uma estrutura: o homem é efeito do significante, produto da inscrição simbólica que o antecede e o determina.

A centralidade da linguagem no pensamento de Lacan deve ser compreendida à luz da virada estrutural que atravessou as ciências humanas no século XX. Ao herdar da linguística de Ferdinand de Saussure a concepção da língua como um sistema de diferenças puras — na qual "há apenas diferenças sem termos positivos" (Saussure, 1917/2006), p. 139). Lacan encontra um modelo formal capaz de deslocar a psicanálise da psicologia e reinscrevê-la no campo das estruturas simbólicas. Lacan concebe o sujeito como efeito dessas diferenças — não como substância, mas como intervalo entre significantes. O inconsciente, em sua célebre formulação, é estruturado como uma linguagem, isto é, obedece às mesmas leis diferenciais que regem o sistema linguístico, que no caso do significante linguístico, de acordo com Saussure (1917/2006), "em sua essência, este não é de modo algum fônico; é incorpóreo, constituído, não por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras" (p.138). Assim, cada unidade (palavra, som, signo) vale apenas pelo que não é — não por uma essência que possua.

Saussure quer desfazer a ideia de que a linguagem se funda em sons, em algo material ou substancial (a voz, o som da palavra, o ar vibrando). O significante não é uma substância física (som), mas uma diferença dentro de um sistema. Quando diz que "não é de modo algum fônico", ele não nega que o significante tenha uma base sonora, mas que essa base não é o que define o valor linguístico. O que define um significante não é sua substância (o som [p] ou [b], por exemplo), mas a diferença que o separa dos outros sons no sistema da língua: o som "p" em "pato" só significa algo porque não é "bato", "gato" ou "fato".

É justamente essa concepção "incorpórea" e diferencial da linguagem que Lacan transfere para o inconsciente. O inconsciente, para ele, não é um reservatório de conteúdos psíquicos, mas uma rede de diferenças significantes. Assim como, em Saussure, o significante é incorpóreo e se define apenas por diferenças, o sujeito lacaniano também é incorpóreo — um efeito de deslocamentos e cortes na cadeia significante. Lacan inclusive radicaliza Saussure, invertendo a primazia: não é o significado que organiza o significante, mas o significante que estrutura o significado. Assim, o sujeito do inconsciente surge como efeito dessa estrutura simbólica. "O registro do significante institui-se pelo fato de um significante representar um sujeito para outro significante" (Lacan, 1960-1964/1998, p. 854).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

Foi o estruturalismo que permitiu Lacan conceber o inconsciente como uma estrutura linguística, assim como o próprio Lévi-Strauss via a cultura. Contudo, será em Jakobson que Lacan encontrará a formalização decisiva para articular a estrutura linguística ao funcionamento do inconsciente. Jakobson (1956/2008) define que toda atividade linguística se organiza a partir de duas operações fundamentais: a seleção e a combinação. A seleção refere-se à escolha de um termo entre outros possíveis — operação regida pela semelhança, que dá origem à metáfora; já a combinação diz respeito à articulação sucessiva de elementos — operação regida pela contiguidade, que produz a metonímia. Jakobson mostra que os distúrbios afásicos decorrem da predominância ou ruptura de uma dessas funções, revelando, assim, a estrutura formal que sustenta todo ato de fala. Lacan reconhece nessas duas operações a lógica que Freud havia descrito nos processos primários do inconsciente — condensação e deslocamento —, correspondendo, respectivamente, à metáfora e à metonímia (Lacan, 1957/1998).

A apropriação das categorias linguísticas de Saussure e Jakobson conduz Lacan a uma consequência decisiva em relação ao sujeito. Se a linguagem é uma estrutura autônoma, composta por diferenças que se articulam independentemente da consciência, então o sujeito não é o autor do sentido, mas seu efeito. Como afirma Lacan (1957/1998): "É o mundo das palavras que cria o mundo das coisas" (p. 277); o sujeito surge nesse mundo simbólico como aquilo que é representado pelo significante para outro significante O "eu" (moi), para Lacan, (1955/1998) não é, portanto, a origem do discurso, mas uma instância imaginária, uma construção secundária que mascara a divisão constitutiva do sujeito. O verdadeiro sujeito da psicanálise — o sujeito do inconsciente — não fala, mas é falado pela cadeia significante que o atravessa.

Ao situar o sujeito como efeito do significante, Lacan desloca radicalmente a questão da linguagem: não se trata de um meio de expressão de um eu prévio, mas do campo no qual o sujeito é constituído e dividido. É nesse ponto que a noção de letra adquire importância decisiva. Lacan (1957/1998) define a letra como a materialidade do significante, isto é, o traço que deixa marca no corpo, sustentando a inscrição do simbólico sobre o real. A letra, diferentemente do sentido, é o suporte físico do significante — aquilo que, antes de significar, faz corpo. Essa perspectiva introduz uma zona de fricção entre linguagem e corporeidade, entre o simbólico e o que dele escapa.

A partir dos anos 1970, Lacan (1971/2009) oferece uma nova abordagem acerca da noção de letra, distinguindo-a, mais apropriadamente, da noção de significante, deslocando-a do campo puramente simbólico para uma zona limítrofe entre o simbólico e o real. A letra não é mais apenas suporte do significante, mas o ponto em que a linguagem toca o corpo e onde o gozo se escreve. Nessa perspectiva, a letra não é signo, mas marca do lugar onde o sentido se esvai. A letra passa a ser o traço material do simbólico sobre o real, a inscrição onde a linguagem deixa sua marca sem necessariamente significar.

A letra é a face tangível do significante, a sua dimensão de traço, de sulco, de escrita — aquilo que permanece mesmo quando o sentido se desfaz, não se tratando mais de um sistema de relações abstratas, mas de marcas que operam no real, "a partir do momento em que pode esvaziar bastante as palavras de seu sentido lhes substituindo por letras, pura e simplesmente. A letra é, de certa maneira, inerente a essa passagem ao Real" (Lacan, 1973-1974/2018, p. 195). A letra é, portanto, a instância onde o simbólico toca o corpo, onde a linguagem se encarna como traço de gozo.

Enquanto o significante define o sujeito como efeito de uma cadeia simbólica — sujeito do significante —, a letra o revela como fenda, como resto não simbolizável, traço de uma perda. É por isso que Lacan pode afirmar que o sujeito é, fundamentalmente, um efeito de inscrição, e não uma substância consciente ou autônoma. Conforme afirma

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

Lacan (1971/2009): “A escrita, a letra, está no real, e o significante, no simbólico” (p. 114). A letra, ao marcar o corpo, introduz uma dimensão irredutível à representação: o sujeito surge como dividido entre o significante e o gozo, entre o simbólico e o real.

Com isso, Lacan inscreve o humano em uma lógica de estrutura e diferença, em que a linguagem é o campo mesmo da subjetivação. Ser humano é, portanto, ser falado — ser determinado por uma cadeia significante que o constitui e o excede, onde a letra é o vestígio pelo qual o inconsciente se escreve. O sujeito, enquanto efeito dessa escrita, é também o lugar de uma divisão irredutível — não é quem fala, mas aquele por quem a linguagem fala e se escreve. Essa concepção, ao situar a humanidade na dependência radical da linguagem, inaugura uma tensão fundamental: o que acontece quando o sujeito não fala, quando o acesso à linguagem simbólica parece interrompido ou vacante?

A falha do significante e os limites da linguagem na psicose

É nesse ponto-limite, onde o significante falha em capturar a experiência, que se abre o campo problemático da linguagem. A teoria lacaniana da estrutura simbólica não se sustenta apenas pela regularidade da cadeia significante, mas também — e talvez sobretudo — por suas falhas, seus pontos de ruptura. O inconsciente, estruturado como uma linguagem, não é um sistema fechado, mas um campo atravessado por lapsos, silêncios e deslizamentos. A experiência clínica mostra que é justamente quando o simbólico vacila que se revela o funcionamento estrutural do sujeito.

É nesse sentido que Lacan (1955-1956/1985) define a psicose como um distúrbio na ordem simbólica, uma falha na inscrição do significante do Nome-do-Pai — operador fundamental da metáfora paterna. Esse significante, ao introduzir a lei e a interdição, permite ao sujeito simbolizar o desejo e ocupar um lugar no campo da linguagem. Quando essa inscrição não se realiza, o sujeito permanece fora da rede simbólica compartilhada, e o real irrompe sem mediação. Lacan nomeia esse processo como foraclusão: o significante primordial é rejeitado do simbólico e retorna no real sob a forma de alucinação ou delírio.

A psicose, assim, não é uma simples desorganização mental, mas uma forma estrutural em que o simbólico não logra operar sua função mediadora entre o imaginário e o real. O sujeito psicótico encontra-se diante de um excesso de sentido ou de um sentido absoluto, sem o jogo diferencial do significante que sustenta a realidade comum. Diferentemente da neurose, em que o sujeito é dividido pelo significante e atravessado pela falta, na psicose o sujeito é tomado por uma presença maciça do real, sem o véu simbólico que permite sua representação.

Essa concepção permite a Lacan repensar as formas clínicas não apenas como categorias nosográficas, mas como modos de estruturação da relação com a linguagem. Se a neurose é o regime da metáfora e da substituição, e a psicose é o da foraclusão e da irrupção do real. Quando o significante não é inscrito, o sujeito não pode recorrer à metáfora que sustentaria a lei e a ordem simbólica; o real, então, irrompe sem filtro. Segundo Lacan (1955-1956/1985), na psicose, o inconsciente vem a superfície de forma radical e sem interdição do simbólico. O inconsciente, como uma linguagem, mesmo que “articulado a flor da terra, permanece excluído para o sujeito, não-assumido” (p. 20), indo aparecer no real de forma totalmente ignorada.

Assim, o problema central não está na produção de sentido em si, mas na impossibilidade de sustentá-lo pela estrutura da linguagem. O sujeito psicótico não está fora da linguagem — ele está, antes, no ponto em que ela colapsa, onde o significante deixa de funcionar como operador de diferença. É por isso que Lacan descreve a psicose como um “curto-circuito” do simbólico: a cadeia significante não se articula, e o sujeito é capturado por um sentido absoluto, não mediado.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

O célebre caso do Presidente Schreber, analisado por Freud (1911) e retomado por Lacan (1955-1956/1985), é paradigmático. Diante da falência do Nome-do-Pai, Schreber vê-se tomado por uma invasão de significantes — que falam diretamente a ele, sem mediação simbólica. O delírio surge, para Lacan, como uma tentativa de reconstruir um mundo simbólico perdido, uma tentativa de reinscrever, no nível imaginário, o significante que não pôde operar simbolicamente. O delírio, portanto, funciona como suplência — uma metáfora delirante que tenta restabelecer a coerência do mundo.

Desse modo, Lacan (1955-1956/1985) ressalta os transtornos da linguagem na psicose a partir de uma "falha" (p. 57) através da qual se manifestam o delírio, uma forma de inscrição que responde à ausência de um significante fundador. O que a leitura lacaniana de Schreber revela, portanto, é que a psicose não é ausência de linguagem, mas excesso de linguagem — uma saturação em que o significante deixa de ser mediado pela diferença e retorna como voz, comando ou revelação. A estrutura psicótica expõe o ponto em que o simbólico se rompe e o real se escreve diretamente no corpo e na experiência do sujeito.

No caso de Schreber, essa falha estrutural se manifesta como uma invasão de vozes — os chamados "raios divinos" que lhe falam incessantemente, impondo comandos, insultos e revelações. O sujeito é aquele que por quem a linguagem fala de modo literal e despótico. O delírio aparece, então, como uma tentativa de reconstrução simbólica: um esforço para restaurar, por meios imaginários e linguísticos, a ordem que o significante foracluído não pôde sustentar.

Nesse sentido, a psicose marca o ponto-limite do simbólico: ela nos mostra o que ocorre quando o sujeito não se constitui como efeito da linguagem, mas é antes atravessado por ela em seu estado bruto, sem amarração. No entanto, há uma outra borda dessa mesma problemática, onde não há nem excesso nem invasão, mas antes uma espécie de vazio, um silêncio estrutural diante da linguagem. É nesse outro limite — onde o significante não retorna, mas parece nunca ter se inscrito — que se abre a questão do autismo, não como simples déficit comunicativo, mas como forma radical de não inscrição simbólica.

O autismo como não inscrição do Outro

É num ponto-limite, onde o significante falha em capturar a experiência, que se abre o campo problemático da linguagem. Se a psicose nos dá a ver o retorno do significante foracluído sob a forma de vozes, de mandatos divinos ou de construções delirantes, o autismo parece apontar para um outro modo de relação com a linguagem — não o do excesso, mas o da ausência. Mesmo quando a fala se ausenta ou falha, de acordo com Lacan (1968/2003), o sujeito autista permanece atravessado pela linguagem.

Desde o relato do "pequeno Dick", de Melanie Klein (1930/1970), até as descrições de Leo Kanner (1943), que pela primeira vez sistematizou o autismo como categoria diagnóstica distinta da esquizofrenia, observa-se que uma das marcas recorrentes dessas experiências é o problema da fala. Entre as onze crianças estudadas por Kanner, três não adquiriram linguagem verbal, e outras duas a usavam de modo restrito ou fragmentário. A literatura psicanalítica posterior — em autores como Margareth Mahler (1979/1983), Frances Tustin (1972/1975) e Donald Meltzer (1975) — destacaram a existência da falha da linguagem como eixo privilegiado de constituição do sujeito autista.

Enquanto na psicose o Nome-do-Pai — significante primordial que garante a mediação entre desejo e lei — foi rejeitado, foracluído do simbólico, no autismo parece não haver sequer essa operação de foraclusão; trata-se, antes, de uma não inscrição, uma

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

ausência originária de laço com o campo do Outro. Essa distinção entre foraclusão e não inscrição simbólica é decisiva. Na psicose, o sujeito é invadido pela linguagem — o Outro fala em demasia, o simbólico irrompe no real. Já no autismo, parece faltar o ponto mesmo de entrada nesse circuito: o Outro não se constitui como instância organizadora do desejo.

Lacan (1953-1954/1979) falou sobre o autismo em poucas oportunidades. Além do citar o caso do pequeno Dick, ele abre espaço em um dos seus seminários para o relato por parte de Rosine Lefort, do caso de Robert. A criança, aquela altura com três anos de idade, é apresentada por ela como manifestando um quadro de extrema retração, comportamentos próximos ao mutismo e uma relação com o outro que se dá por aderência sensorial e gestual mais do que por endereçamento à palavra — condição que, nas notas, aparece como uma "não-colocação" do Outro como lugar de fala. As notas de observação e o comentário posterior de Rosine Lefort (1991), sublinham que, no encontro clínico com Robert, o que se constitui não é um laço simbólico mediado pela linguagem, mas uma interface material (olhar, gesto, movimento) que sustenta uma presença sem inserir-se na cadeia significante.

No caso de Marie-Françoise, outra criança descrita em profundidade pelos Lefort (2017), a imagem clínica é ainda mais categórica quanto à ausência do Outro: "o seu olhar erra no vazio, perdido; ele está morto e dá a impressão de um muro" (Lefort & Lefort, 1984, p. 177) — formulação que Rosine Lefort utiliza para indicar que a relação com o Outro não se realiza por interpelação simbólica, mas por uma espécie de aderência ao real do olhar, sem acomodação ou reciprocidade (o olhar "muro"). Essa descrição clínica encarna a ideia lacaniana de que, no autismo, "não há Outro" na condição de instância organizadora do discurso — não porque o Outro esteja foracluído (como na psicose), mas porque o lugar do Outro não se instituiu como tal.

Contrastando com a psicose (leitura lacaniana do caso Schreber), em que há foraclusão de um significante que mais tarde retorna no real sob a forma de delírio e vozes (isto é, excesso de linguagem), o autismo aponta para uma não-instauração do ponto de entrada do simbólico — nem excesso, nem retorno: falta de lugar do Outro como interlocutor e de endereço simbólico para o desejo. Os relatos dos Lefort (1984) mostram como essa não-instauração se traduz clinicamente — num olhar que "não acolhe", num corpo que se organiza em contornos repetitivos, numa relação com o ambiente pautada por aderência e por interesses objetuais que não se endereçam ao Outro como tal.

A leitura de Rosine e Robert Lefort (1984) parte de uma constatação clínica simples e radical: no autismo não se opera a experiência do "nascimento do Outro" como modo de estruturação subjetiva. Onde a clínica psicanalítica ordinária supõe que a linguagem e a imagem do corpo instituem uma borda — um furo no espaço do corpo que a linguagem simboliza e delimita —, no autismo esse momento inaugural não se dá. Para os Lefort não houve, para o sujeito, a operação causal que extrai o objeto do campo da realidade e o transforma em falta simbolizada. Em termos lacanianos, o que falta não é apenas um significante isolado, mas a própria operação simbólica que confere ao corpo uma borda e ao mundo um lugar para o Outro.

Jean-Jacques Miller (2007), na leitura do caso Robert atendido por Rosine Lefort, ofereceu um exemplo clínico vivo dessa dinâmica: o menino que tenta a automutilação genital não age a partir de um conteúdo delirante, mas como operação sobre o real — tentando «produzir» a falta no real porque não a recebeu no simbólico. Miller interpreta o ato como a entrada em função do "menos" que o sujeito tenta inscrever no real, gesto extremo que mostra a lógica da foraclusão do furo: por não haver lugar simbólico para a falta, o sujeito a institui no real por meios corporais.

Éric Laurent (2014) amplia esse quadro com uma distinção produtiva entre foraclusão do Nome-do-Pai (a operação clássica que incide sobre o significante e

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

condiciona as psicoses) e foraclusão do furo (uma operação que incide primordialmente sobre o real). Quando o Outro está constituído simbolicamente, ele contém um furo cuja borda é dada pela inscrição da castração — isto é, pela retirada/extração do objeto na instauração da linguagem e pela constituição da imagem corporal. No autismo, segundo Laurent, falta essa borda simbólica: a criança não tem uma delimitação simbólica do furo que permita a mediação entre corpo, imagem e linguagem. Em consequência, o gozo "retorna" sobre uma borda construída como proteção (neoborda), não incidindo no Outro ou no corpo da mesma forma que na paranoia ou na esquizofrenia.

Por não haver uma delimitação simbólica do "furo" (isto é, da falta que funda o sujeito), instala-se uma neobarreira ou neoborda corporal — uma formação protetora que cumpre a função de suplência: uma cápsula que permite ao sujeito deslocar-se no mundo sem ser atravessado pela exigência do Outro. A neoborda não surge por escolha consciente; é uma organização defensiva do corpo e do gozo que cria superfícies de contato mínimas, repetitivas e autônomas (objetos autísticos, estereotipias, duplos, ilhas de competência). Essas formações operam como "bordas" funcionais que substituem a falta que não foi simbolizada.

Para operacionalizar clinicamente essa noção, Laurent utiliza o conceito de objeto autístico, cunhado por Tustin (1972/1975): trata-se de uma cadeia heterogênea — fragmentos de letra, pedaços de corpo, objetos do mundo — organizados como circuito e articulados ao corpo por uma topologia de borda. Esses objetos formam a neobarreira que permite uma relação com o real sem a intermediação do Outro simbólico, garantindo ao sujeito sua continuidade existencial, circunscrevendo uma de gozo controlável.

A partir dessa formulação, a prática clínica com o autismo não visa restaurar uma inscrição simbólica "faltante", mas acompanhar e sustentar o trabalho de invenção singular que o sujeito realiza com seus próprios materiais — suas bordas, objetos e circuitos. Como observa Laurent (2014), "a invenção é o único remédio do sujeito autista" (p. 78): trata-se de acolher a função protetora e estruturante das formações autísticas, reconhecendo nelas uma escrita possível do gozo. O analista, nessa perspectiva, não se coloca como o intérprete de um sentido oculto, mas como aquele que se deixa afetar pelas modalidades de letra que o sujeito traça — nas estereotipias, nas repetições sonoras, nos gestos, nas fixações objetais.

A partir dessa clínica da borda, o autismo aparece não apenas como falha da inscrição simbólica, mas como modo singular de habitar o fora da linguagem. O que se observa nesses sujeitos é que, diante da impossibilidade de inscrição no discurso, emerge uma outra economia do laço e da presença: uma tentativa de traçar um contorno mínimo que lhes permita não serem tragados pelo gozo do Outro. Nesse sentido, a função da letra e dos objetos autísticos não é restituir o simbólico, mas inventar um território onde o corpo possa se sustentar. Essa invenção, que se dá fora da gramática significante, é também um gesto de resistência e de criação — uma escrita muda, mas carregada de consistência própria.

A não inscrição do outro e suas linhas de errância

É precisamente nesse ponto-limite, onde o simbólico se esgarça e o discurso falha em organizar o mundo, que se abre o campo problemático da linguagem enquanto experiência. Pois o que resta, quando o significante não opera, não é o puro vazio, mas um conjunto de traços, ritmos e gestos que insistem em produzir laços fora da fala. É nesse território que o pensamento de Fernand Deligny se torna decisivo.

Antes de desenvolver suas experiências com crianças autistas em Cévennes, Deligny percorreu um caminho que o levou das instituições pedagógicas e psiquiátricas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

às margens da linguagem. Depois de trabalhar por dois anos em La Borde, a convite de Félix Guattari e Jean Oury, instalou-se nas montanhas do sul da França, onde passou a receber as primeiras crianças autistas, na sua maioria com um mutismo severo, confiadas por Maud Mannoni, Françoise Dolto e Émile Monnerot.

Ao se aproximar de crianças autistas não falantes, Deligny desloca a questão da linguagem de sua função comunicativa para o plano das tramas de gesto, das linhas de errância e dos registros não representativos que compõem o viver em comum. Antes, porém, de situar essa aproximação, é preciso compreender como a ausência de inscrição simbólica no autismo abre caminho para outros modos de relação e de existência que desafiam os limites da clínica e da própria ideia de sujeito.

Compreendendo o autismo a partir da foraclusão do furo — isto é, da impossibilidade da operação simbólica que funda o Outro — a psicanálise inscreve um diferente registro psíquico. Deligny parte desse diferente registro, radicalizando a partir da ideia de que a ausência do Outro não constitui uma falta constitutiva ou uma necessidade de inscrição simbólica para que algo do humano se desenhe.

O que está em jogo nessa ausência do Outro é a presença de um meio comum que não se organiza pela linguagem. Nesse meio, os seres coexistem antes de qualquer demarcação subjetiva, partilham gestos, ritmos, trajetos e percepções sem que isso se converta em troca simbólica. O "comum" aqui não é o resultado da simbolização, mas uma matéria relacional pré-linguística, uma espécie de tecido de coexistência que se dá entre corpos, objetos e espaços.

Enquanto uma tentativa clínica psicanalítica busca restituir o lugar do Outro — como condição de emergência do sujeito —, Deligny insiste em sustentar o espaço onde o Outro não se formou, não como falha, mas como possibilidade: um campo de coexistência impessoal que não depende do significante para fazer laço. Assim, onde a psicanálise vê encapsulamento e retraimento, Deligny (1978/2018) vê tramas de relação mínimas, discretas, mas reais, que compõem um modo de estar-no-mundo que não passa pela falta, mas pela vizinhança sensível. "Qual é nossa busca? Apontar o reparável - outra "estrutura", não a que sustenta a linguagem, que "permite" o agir da iniciativa" (Deligny, 1978a/2018, p. 141).

O agir aqui é um movimento de um corpo a partir de um meio propício que o possibilite. Dai a preocupação do espaço em Cévennes, como um território disposto pelas coisas que estão destituídas de toda intencionalidade que revestem os objetos. Aqui, as coisas descritas por Deligny (1980/2018) diferenciam-se dos objetos autísticos da psicanálise, dada a importância delas na constituição do agir autista, ao ponto de o espaço ser cuidadosamente instalado para que cada coisa possa ser percebidas (répérées), provocando um agir livre de qualquer intenção.

Se os objetos autísticos constroem uma borda de gozo que lhe permite delimitar o corpo e estabelecer um circuito mínimo de relação com o mundo, as coisas para Deligny (1978b/2018) não cumprem uma função de suplência, tampouco são investidas de um valor subjetivo ou simbólico. São elementos do meio que acompanham o agir, desprovidos de intencionalidade e exterior à lógica da representação. As coisas não são "para" o sujeito, mas com ele — fazem parte de uma rede de coexistências em que o gesto e o espaço se compõem mutuamente.

Enquanto o objeto autístico, na leitura psicanalítica, mantém ainda uma referência ao corpo e à estrutura do gozo, as coisas em Deligny (1979/2017) pertencem a um plano pré-subjetivo, onde não há interioridade nem exterioridade, apenas um entrelaçamento de gestos, matérias e trajetos. Assim, o que para a psicanálise aparece como formação defensiva ou barreira protetora diante da ausência do Outro, para Deligny constitui o

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

próprio meio de existência, um campo impessoal de correspondências onde o agir pode se desenrolar fora da linguagem e do sentido.

Do ponto de vista clínico, a diferença entre o objeto autístico e a coisa vista na perspectiva de Deligny, coloca em evidência dois modos de relação com o autismo e, por consequência, duas éticas do cuidado. A psicanálise, mesmo nas formulações mais abertas, mantém o horizonte de um sujeito faltante, estruturado pela linguagem, e orienta a clínica para a possibilidade de um laço simbólico, ainda que mínimo, com o Outro. O trabalho clínico com o autista, nesse quadro, consiste em acompanhar as invenções que o sujeito realiza para sustentar-se diante do gozo invasivo, acolhendo seus objetos, seus circuitos, suas estereotipias como modos singulares de inscrição do furo foracluído (Laurent, 2014).

Já na experiência de Deligny, não se trata de interpretar ou reconstruir a operação simbólica faltante, mas de instalar um meio propício onde os gestos possam advir, onde o agir se desenhe sem finalidade nem intenção. O campo clínico, aqui, não é o da escuta do sujeito, mas o da atenção ao traço — às variações mínimas do corpo e às relações silenciosas que se tecem entre o humano e as coisas. O operador, em vez de buscar o sentido oculto do comportamento, compromete-se com a tarefa de acompanhar e mapear as trajetórias, sustentando um espaço onde as coisas, destituídas de valor simbólico, possam participar da composição de um mundo comum.

Essa passagem do objeto à coisa redefine a clínica não como prática de interpretação, mas como prática de coexistência, onde o gesto, o espaço e o outro humano compõem uma trama que antecede o sujeito e a linguagem. Assim, entre o objeto autístico e a coisa, delineia-se uma diferença decisiva quanto ao modo de compreender a relação entre o humano e a linguagem. Na psicanálise lacaniana, o objeto é sempre um resto do encontro com o Outro, um fragmento do gozo que tenta circunscrever a falta deixada pela não inscrição simbólica — um substituto, portanto, de algo que não pôde ser simbolizado.

Em Deligny, ao contrário, a coisa não é resto nem substituto, mas presença plena, elemento do meio que possibilita o agir sem recorrer a qualquer mediação linguística. “Mas acontece que esta cesta não é percebida como um objeto de uso, mas como uma coisa já em todos os gestos tecidos de agir que ela pode causar/permitir (Deligny, 1979/2017, p. 1334). Enquanto o objeto autístico mantém sua referência ao campo simbólico, ainda que negativamente, a coisa se situa fora dele, participando de uma economia do gesto e da atenção que prescinde de significação.

Cada coisa deve *permitir* (*permettre*), desencadear um agir que conjure o pavor e o desassossego. *Permitir*, não é dar permissão, é dar os meios. Como afirma Miguel (2020), o que se espera dos adultos é que atuem de modo a abrir espaço para que o agir das crianças aconteça. *Permitir* (*permettre*), palavra essencial na rede, designa o gesto de criar o meio propício para que elas transitem da passividade à atividade. Daí a importância de intervir no espaço fazendo surgir o que escapa ao crivo dos sujeitos de linguagem e que a criança pode reparar (*repère*), dar meios para que ela exista.

O contraste entre esses dois paradigmas não é apenas teórico, mas ético: trata-se de saber se a humanidade pode ser pensada apenas a partir da linguagem, ou se há modos de existência — silenciosos, impessoais, pré-significantes — que também a constituem. É nesse deslocamento, onde o humano se mostra fora da fala e fora do sujeito, que a experiência de Deligny nos obriga a repensar a própria noção de vida, de vínculo e de mundo comum. “Este é, por assim dizer, o próprio tema da nossa abordagem: ajudar as origens das crianças mudas que vêm ficar conosco a recriar um ambiente que lhes permita existir (Deligny, 1978/2017, p. 1165).

Essa concepção se traduz na prática dos traçados — mapas que registravam os percursos das crianças e dos adultos, as repetições e desvios, os lugares frequentados e

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

evitados, as linhas de errância que compunham o cotidiano. Para Deligny, esses traçados não são representações, mas inscrições de uma experiência. Eles revelam uma lógica outra, anterior à linguagem, onde o gesto não significa, mas se inscreve. O mapa não é o espelho de um sujeito, mas o diagrama de uma coexistência. Cada linha testemunha uma forma de atenção, um modo de relação entre seres e coisas que escapam à gramática da comunicação.

Reza a lenda que os mapas teriam surgido de maneira casual: Deligny teria sugerido a Jacques Lin, uma da *presenças próximas* — modo como Deligny se referia aos adultos que conviviam com as crianças em Cévennes — que, diante das crises de uma criança autista, não interviesse diretamente. Em vez disso, propôs que ele se afastasse e se dedicasse apenas a traçar os movimentos da criança, registrando seu deslocamento e ações no espaço. Essa experiência inaugural estabeleceu o princípio central da cartografia deligniana: o mapa não é apenas um registro visual, mas um instrumento de acompanhamento e compreensão do agir autista, um meio de tornar visível a relação das crianças com o espaço e com as presenças próximas, sem subordinar suas ações a uma intervenção direta.

Os mapas não se limitam a registros descritivos; eles constituem um meio de observação imanente do movimento das crianças. Segundo Miguel (2020), os mapas permitem acompanhar a progressão das crianças à medida que se apropriam do espaço, revelando o que percebem e como se deslocam. Além disso, mostram de que maneira as *presenças próximas* podem territorializar o espaço, contribuindo para que ele se torne comunitário e propício à exploração autônoma.

Nessa perspectiva, o mapa deixa de ser uma mera representação e se torna um instrumento clínico: os adultos não intervêm diretamente nos movimentos das crianças, mas reorganizam o espaço de modo a favorecer sua experiência. Reposicionar a instalação ou modificar a disposição das coisas constitui a principal forma de intervenção, demonstrando que o trabalho clínico se realiza sempre mediado pelo território. Assim, o mapa permite compreender como o espaço pode ser transformado em comum, não pelo comando de um sujeito central, mas pela coordenação sutil entre presenças, gestos e coisas, criando um meio no qual o agir autista encontra ritmo e continuidade.

Na ausência do Outro, há uma lógica estruturante que permite ao individuo autista se relacionar com o mundo, se constituindo nele a partir de um outro registro psíquico. Esse registro evidencia que a experiência humana pode se organizar para além da linguagem, a partir de relações sensíveis, espaciais e práticas, e que o humano não se esgota na condição de ser falante. A prática de Deligny aponta, portanto, para a necessidade de ampliar a concepção humanidade, reconhecendo modos de vida que não passam pelo eixo simbólico-linguístico. “Neste clima em que pertencer à palavra não desempenha um papel, é preciso passar quando o mesmo, guiados pela intuição de outro polo que desvia e repele o uso inveterado da linguagem. Há outras passagens além da palavra, outros caminhos além da voz (Deligny, 1975/2017, p. 885).

Considerações finais

O percurso desenvolvido até aqui evidencia que a constituição do humano não é unitária, mas se dá de modos distintos. Em Lacan, ser humano é ser falado, ser inscrito em uma cadeia significante que antecede e estrutura o sujeito, e a letra funciona como o ponto de articulação entre o simbólico e o real. É nesse ponto que o trabalho clínico se define: tratar das estruturas psíquicas em que ocorrem perturbações na ordem simbólica — como nas psicoses e no autismo — implica lidar com falhas na inscrição do Outro e na constituição do campo da linguagem. A entrada no simbólico, para Lacan, não é apenas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

uma aquisição cognitiva, mas o acontecimento inaugural que funda a possibilidade do sujeito, instaurando a falta e o desejo como condições de existência.

A atribuição da linguagem como elemento primordial da constituição do humano desdobra-se, assim, na consideração de uma estrutura que dá forma ao sujeito linguístico. O sujeito lacaniano é efeito da linguagem porque é nela que se inscreve a falta, condição mesma da subjetividade. A linguagem, por isso, não é mera faculdade expressiva, mas o campo de uma operação que corta o corpo e o organiza em torno de um vazio. O sujeito é, antes de tudo, o que advém desse corte, resultado de uma escrita que o precede e o excede, fazendo dele o produto de uma articulação significante.

Contudo, quando observamos experiências como as de Deligny junto às crianças autistas não falantes, a universalidade dessa formulação encontra seu limite. A ausência de inscrição simbólica não conduz, nesses casos, à ausência de humanidade, mas à emergência de outros modos de estar no mundo — modos que se estruturam fora da linguagem, pela relação sensível, gestual, espacial e rítmica com o meio. O agir, os mapas e as tramas descritos por Deligny revelam uma forma de organização da experiência que não depende do significante, mas de um tipo de percepção e de co-presença que faz do espaço e das coisas uma extensão do corpo.

A contraposição entre Lacan e Deligny não propõe um antagonismo, mas uma ampliação do campo de compreensão da subjetividade. A psicanálise, ao localizar o sujeito na estrutura do significante, indica o modo como a linguagem organiza o desejo e o laço social. Deligny, ao acompanhar o agir fora da palavra, mostra que há vida e relação antes e além do discurso. Essa coexistência de planos — simbólico e pré-simbólico, linguístico e sensível — reabre a questão do humano como campo de multiplicidades, onde o que está em jogo não é a falta de linguagem, mas a diversidade de modos de existência.

A distinção entre a clínica psicanalítica e a prática de Deligny marca, talvez, um dos pontos mais decisivos deste percurso. A clínica psicanalítica, em sua vertente lacaniana, funda-se na linguagem: é pelo trabalho com o significante que o sujeito se inscreve na estrutura simbólica, e é nesse campo que o analista opera. O inconsciente, como lembra Lacan, é estruturado como uma linguagem, e o ato analítico visa justamente abrir espaço para que algo dessa estrutura se desdobre em palavra, permitindo que o sujeito se reaproprie de sua posição no discurso. O tratamento é, portanto, uma prática da fala, na qual o analista sustenta o lugar do Outro para que o sujeito possa se constituir em sua relação com a falta.

Deligny, ao contrário, desloca radicalmente essa concepção. Sua prática junto às crianças autistas não se funda na interpretação, nem na fala, mas na observação atenta de um agir que se desenrola na vacância da linguagem. A presença do adulto não é a de um Outro que escuta, mas a de uma "presença próxima" que acompanha, silenciosamente, os movimentos da criança. O que se busca não é fazer falar, mas fazer existir — isto é, criar as condições para que o agir se desenhe, para que as relações sensíveis e espaciais se teçam num meio propício. A "clínica" de Deligny, se é que podemos chamar suas experiências de clínica, é uma tentativa sem sujeito, ou melhor, uma prática do entre — entre corpos, coisas e gestos —que não se confunde com o retorno à norma simbólica, mas com a possibilidade de habitar um espaço comum, ainda que fora da palavra.

Enquanto a clínica psicanalítica se estrutura pela falta e pela simbolização, a experiência de Deligny se estrutura pela presença e pela coexistência. O primeiro modelo se funda no corte, na inscrição de um furo que organiza o desejo; o segundo, na continuidade dos traços e das linhas que compõem uma trama. Se na psicanálise o tratamento visa reinscrever o sujeito na linguagem, em Deligny trata-se de acompanhar o

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

que se desenha fora dela, sem pretensão de tradução ou integração simbólica. Em vez de interpretar, trata-se de cartografar; em vez de representar, de estar junto.

Essa diferença não opõe simplesmente duas práticas clínicas, mas revela dois modos distintos de compreender o humano e suas possibilidades de vida. A psicanálise busca restituir ao sujeito sua relação com o significante e com o desejo, recolocando-o no campo da linguagem. Deligny, por sua vez, propõe uma ética da coexistência, em que o humano não é definido pela palavra, mas pela capacidade de partilhar um espaço, de tecer uma rede de relações entre presenças e coisas. Nessa perspectiva, o gesto, o ritmo, a repetição e o traçado tornam-se operadores de vínculo, substituindo a fala como mediadora do comum.

O contraste entre essas duas práticas permite repensar a própria noção de clínica. Se a prática psicanalítica é um espaço de escuta e de interpretação, a de Deligny é um espaço de convivência e de observação. Ambas, contudo, partem de um mesmo ponto: o reconhecimento de uma falta ou de uma falha na ordem habitual da linguagem. Mas, enquanto Lacan busca reinscrever essa falta no simbólico, Deligny a acolhe como condição de existência — não como déficit, mas como possibilidade de outro modo de vida.

Dessa forma, a prática de Deligny não nega a psicanálise, mas a desloca, introduzindo uma sensibilidade radical: a de que há uma dimensão do humano que escapa à palavra e, no entanto, se expressa além do discurso, por traços, movimentos, linhas e afetos. O humano, portanto, não é uma forma fechada nem um destino determinado pela linguagem, mas um campo de variações e de devires. Ao confrontar a psicanálise com a experiência de Deligny, abre-se o horizonte de uma antropologia do múltiplo, em que o humano pode ser pensado como aquilo que se produz nas relações sensíveis, nas práticas de convivência e nos gestos que insistem fora do sentido — como um modo de vida que, sem precisar ser falado, ainda assim fala em sua maneira própria de estar no mundo.

Referências

Deligny, F. (2017). *Cahiers de l'Immuable/2*. In: *Oeuvres*. Paris: L'Arachnéen. (Publicado originalmente em 1975)

Deligny, F. (2017). *Le croire et le craindre*. In: *Oeuvres.* Paris: L'Arachnéen. (Publicado originalmente em 1978)

Deligny, F. (2017). *Les Détours de l'agir ou le Moindre geste*. In: *OEuvres.* Paris: L'Arachnéen. (Publicado originalmente em 1979)

Deligny, F. (2018). *O agir e o agido*. In: *O aracniano e outros textos*. São Paulo: n-1. (Originalmente publicado em 1978a).

Deligny, F. (2018). *Quando o homenzinho não está (aí)*. In: *O aracniano e outros textos*. São Paulo: n-1. (Original publicado em 1978b)

Deligny F. (2018). *A liberdade sem nome*. In: *O aracniano e outros textos*. São Paulo: n-1. (Originalmente publicado em 1980).

Jakobson, R. (2008). *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*. In: *Linguística e comunicação.* São Paulo: Editora Cultrix. (Originalmente publicado em 1956).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

Kanner, L. (1943) Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, 2, p. 217-250.

Klein, M. (1970). *A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do E*u. In: *Contribuições à psicanál*ise. São Paulo: Mestre Jou. (Originalmente publicado em 1930).

Lacan, J. (1979). *O Seminário: Livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original proferido em 1953-1954)

Lacan, J. (1985). *O Seminário: Livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente proferido em 1955-1956)

Lacan, J. (1998). *Variantes do tratamento padrão*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. (Originalmente publicado em 1955).

Lacan, J. (1998). *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*. In: *Escritos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. (Originalmente publicado em 1957).

Lacan, J. (1998). *Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval*. In: *Escritos.* Jorge Zahar Editores. (Originalmente publicado em 1960-1964).

Lacan, J. (1988). *Conferencia en Ginebra sobre él síntoma*. In: *Inverventiones y textos*. Buenos Aires: Manantial, p.115-144. (Originalmente proferida em 1975).

Lacan, J. (2003). Alocução sobre as psicoses da criança. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. (Originalmente proferida em 1968).

Lacan, J. (2009). O seminário livro 18: de um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. (Originalmente proferido em 1971).

Lacan, J. (2018). *Aula 11 – 9 de abril de 1974*. In: *Os não-tolos erram/Os nomes do pai: Seminários entre 1973-1974*. Porto Alegre: Editora Fi. (Originalmente proferida em 9 de abril de 1974).

Laurent, E. (2014). A batalha do autismo. Rio de Janeiro: Zahar.

Lefort, R. (1991). O corpo do Outro: do significante ao objeto a e de volta. In: Judith Miller (org). A criança no discurso analítico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

Lefort, R & Lefort, R. (1984). O nascimento do outro: duas psicanálises. Salvador: Editora Fator Livraria.

Lefort, R. & Lefort, R. (2017). Marie-Françoise: a autismo infantil primário precoce. In: A distinção do autismo. Belo Horizonte: Editora Relicário.

Mahler, M. (1983). *As psicoses infantis e outros estudos*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1979).

Meltzer, D., Bremner, J., Hoxter, S., Weddell, D. & Wittenberg, I. (1975). *Explorations in autism - a psychoanalytical study*. London: Clunie Press.

Miguel, M. (2020). Cartes, objets, installations: le problème de l'art dans la pensée et dans la pratique de Fernand Deligny. *La Part de l'Oeil*. 33/34.

Miller, J.-A. (2007). La matrice du traitement de l'enfant au loup. *La Cause Freudienne*, 66, 141-151.

Saussure, F. (2006). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Editora Cultrix. (Originalmente publicado em 1916).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15548

Tustin, F. (1975). *Autismo e psicose infantil*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1972).

Revisão gramatical: Monaliza Duarte Vargas
E-mail: monalizavargas@gmail.com

Declaração de Conflitos de Interesse
Declaro não possuir nenhum conflito de interesse de natureza financeira, comercial, política, acadêmica ou pessoal que possam ter influenciado os resultados ou as interpretações apresentadas neste manuscrito.

Declaração de Disponibilidade de Dados
Em virtude da natureza teórico-conceitual deste trabalho, não foram gerados conjuntos de dados empíricos. Todos os materiais analisados encontram-se devidamente referenciados no corpo do manuscrito.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.